

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Bruno Chaves Calíope Gurgel do Amaral

“Egito, um mirante para o Brasil no Oriente Médio”
Relações bilaterais Brasil-Egito (1967-1969)

Trabalho de Conclusão do Curso de Relações Internacionais para o Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, apresentado como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Relações Internacionais.

Orientadora:
Prof(a). Dra. Norma Breda

Brasília - 2008

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
2. CAPÍTULO 1- Revisão Bibliográfica.....	9
3. CAPÍTULO 2 - Fatos da vida política interna e internacional da República Árabe Unida sob a ótica dos diplomatas creditados no Cairo.....	22
4. CAPÍTULO 3 - Evolução econômica entre o Brasil e o Egito.....	32
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	42

INTRODUÇÃO

“(...) a máquina do mundo se entreabriu/ para quem de a romper já se esquivava/
e só de o ter pensado se carpia./ Abriu-se majestosa e circumspecta,/ sem emitir um som que fosse impuro/ nem um clarão maior que o tolerável/
pelas pupilas gastas na inspeção/ contínua e dolorosa do deserto,/ e pela mente exausta de mentar/ toda uma realidade que transcende/
a própria imagem sua debuxada/ no rosto do mistério, nos abismos.

(ANDRADE, Carlos Drumont. Claro Enigma. 17 ed. Rio de Janeiro: Record, 2007, p. 127.)

I

Em 1798, Bonaparte conduziu uma expedição ao Egito e, embora os franceses tenham abandonado o país em 1801, deixaram as bases de duradoura influência, pois sua presença constituiu o primeiro grande impacto da civilização ocidental na vida do país. Com o Tratado de Londres, o Egito manteve-se sob jugo britânico e seu governo tornou-se independente e hereditário. Mohamed Ali e seus sucessores conquistam territórios no Sudão desequilibrando as finanças do país, que foi obrigado a aceitar o controle anglo-francês. Além disso, a revolta do Coronel Arabi, em 1882, levou os ingleses a ocuparem o Vale do Nilo para proteger o Sultão. Desde então, até 1922, os britânicos exerceram uma influência preponderante no país. Em 1914, em virtude de o Sultão haver declarado guerra contra os aliados, o governo inglês proclamou o Egito seu protetorado até que uma revolta nacionalista o fez restituir ao país sua independência (1921-1922).

As negociações para a retirada das tropas britânicas não chegaram a um resultado senão em 1954. Membro da Liga Árabe, o Egito guerreou contra os israelenses ao lado dos palestinos (1948) e entrou em conflito diplomático com a Inglaterra (1951). Em 1952, um grupo de oficiais do exército, sob o comando nominal do General Naguib, depôs o Rei Farouk, substituindo-o por seu filho Fuad II, e instituiu a república. O Coronel Nasser, chefe de fato do grupo de oficiais revolucionários e presidente do país desde 1954, orientou a política egípcia num sentido nacionalista e arabista, ganhando, através de ativíssima participação na política internacional, grande ascendência no mundo árabe e lugar significativo na corrente dos países não-alinhados.

Nasser nacionalizou o Canal de Suez em 1956, provocando uma reação armada franco-inglesa, precedida de um ataque israelense. A pressão dos Estados Unidos ensejou uma ordem de cessar fogo por parte da ONU, assim Nasser consolidou seu regime. Em 1958, Egito e Síria se uniram, constituindo a República Árabe Unida (RAU). Em 1961, a Síria desligou-se do Egito, mas este manteve aquele nome. Em 1967, alegadamente para prevenir um ataque de Israel contra a Síria, a RAU concentrou tropas no Sinai e fechou o Golfo de Akaba à navegação israelense. Na guerra que se seguiu, os países aliados árabes foram derrotados.

II

Em 31 de março de 1964, iniciou-se um novo regime no Brasil, que aparentemente tinha sido lançado para livrar o país da corrupção, do comunismo e para restaurar a democracia. Contudo, o governo estabelecido começou a mudar as instituições do Estado através dos Atos Institucionais. O presidente Humberto de Alencar Castelo Branco foi eleito indiretamente pelo congresso nacional. O grupo que assumiu o poder tinha fortes ligações com a ESG. Com o lema “ordem e paz social”, o governo visava eliminar o “perigo comunista”, combater a corrupção e retomar o crescimento econômico, estimulando o capital privado.

Ao longo dos meses que se seguiram ao golpe, as Forças Armadas afastaram as lideranças civis do poder e passaram a governar apoiadas em tecnocratas. Os ministros da área econômica eram liberais e pró-Estados Unidos. Estiveram entre as primeiras medidas do novo governo a revogação da Lei de Controle de Remessas de Lucros e a elaboração de uma lei dando garantias aos investimentos e empresas estrangeiras. Além disso, a estabilização das finanças através de empréstimos externos e de reformas internas como o PAEG, a desarticulação dos partidos, sindicatos e movimento popular, deram ao país maior credibilidade diante da comunidade financeira internacional.

Na diplomacia, o governo Castelo Branco abandonou o terceiro-mundo, o multilateralismo e a dimensão mundial da Política Externa Independente de Jânio Quadros e João Goulart. Amado Cervo denominou o período castelista como “um passo fora da cadência”¹, pois o presidente e seus ministros

¹ CERVO, Amado Luiz. *História da Política Exterior do Brasil*. Brasília: EdUnB, 2002, p. 368.

“propuseram-se a dismantelar os princípios que regiam a Política Externa Independente, tais como o nacionalismo, base da industrialização brasileira, o ideário da Operação Pan-Americana e a autonomia do Brasil em face da divisão bipolar do mundo e da hegemonia norte-americana sobre a América Latina.”².

Assim, o governo alinhou-se automaticamente aos Estados Unidos, a Escola Superior de Guerra (ESG) embasava suas decisões geoestratégicas no discurso das fronteiras ideológicas e do perigo comunista e o Brasil espera receber apoio econômico por tais atitudes.

Em março de 1967, o General Arthur Costa e Silva é eleito presidente, representando a linha-dura e os nacionalistas das Forças Armadas, que estavam descontentes com a política castelista de aproximação com os Estados Unidos e de facilidades concedidas ao capital estrangeiro. O período que se seguiu foi marcado por manifestações populares, luta armada e o endurecimento do regime com o Ato Institucional número 5. Com Costa e Silva doente no final de 1969, uma junta militar assumiu o poder.

Nas relações internacionais, o governo passou a contrariar Washington com uma política externa voltada para a autonomia e o desenvolvimento. O Brasil passou a ser definido como um país terceiro-mundista e não ocidental e a associar-se a outros países na mesma posição para alterar as regras do sistema internacional. Esse foi o tom do discurso do representante brasileiro na II UNCTAD, o que lhe rendeu uma indicação para a presidência do Grupo dos 77, movimento dos países do Terceiro Mundo que visava o desenvolvimento. O período foi marcado pela não assinatura do Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP), pela busca de novos parceiros econômicos e de cooperação tecnológico-nuclear com vários países.

III

As pontes e os limites no relacionamento entre o Brasil e o Egito, no período compreendido entre o início de 1967 e o final de 1969, governo Costa e Silva, são o objeto do presente ensaio monográfico. A região do Oriente Médio atraía para si todas as

² Idem. Ibidem.

grandes potências, seja por seus recursos energéticos ou por seus conflitos inter-étnicos ou religiosos. Nasser governou o Egito com um viés nacionalista e não-alinhado, buscou a liderança dos países árabes e africanos, assim como adotava uma política econômica desenvolvimentista. O Egito estava envolvido nos principais eventos políticos e revoluções sociais no Oriente Médio e África entre as décadas de 1950 e 1970, o que provocou repercussões por todo o mundo. O Brasil sob o comando de Costa e Silva também adotava uma postura nacionalista, não-alinhada ideologicamente e desenvolvimentista. O Egito foi alvo do exercício de poder decisório brasileiro, no período, pois o Brasil buscava expandir suas relações políticas com o exterior e diversificar geograficamente o comércio.

Lê-se em Carta-Telegrama da embaixada do Cairo ao Brasil no início de 1967:

“... não poderia o Govêrno (SIC) brasileiro deixar de considerar com grande atenção o comportamento de suas relações comerciais com a República Árabe Unida que, com um contingente populacional de 30 milhões de habitantes e com acelerada expansão de sua economia, representa um mercado promissor para a colocação de numerosos de seus produtos, inclusive manufatureiros.

(...)

Assim, caracteriza-se o comércio egípcio-brasileiro, em primeiro lugar, por nível extremamente baixo, sobretudo se considerados o atual estágio de desenvolvimento dos dois países, suas importantes participações no mercado mundial e as amplas possibilidades de complementações das respectivas economias, e, em segundo lugar, pelo marcado desequilíbrio das correntes de comércio, com a formação no seu balanço de elevados superávits em favor do Brasil.

Está o governo brasileiro convencido de que, no caso de não serem adotadas com a maior urgência por ambas as partes, de comum acôrdo (SIC), medidas apropriadas para a correção das causas determinantes desse quadro de perspectivas desalentadoras, o comércio egípcio-brasileiro deverá permanecer em níveis irrelevantes e desequilibrados.”³

Além dos aspectos econômicos, em relatório do segundo secretário da embaixada do Cairo em 1967, observa-se

³ Relações comerciais entre o Brasil e a R.A.U. , confidencial - urgente, janeiro de 1967. AH/MRE – BSB, CTs

:

Em função dos objetivos de política externa que se fixou, de respeito à consecução da liderança, em grau variável, é claro, do mundo árabe – esta para o efeito de promover a unidade dos países árabes sob a égide egípcia – do mundo africano, mulçumano e do chamado Terceiro Mundo, o Governo da RAU desenvolve uma ação externa que, pelo seu volume e multiplicidade só encontra paralelo na das grandes potências. Como sinal eloquente do referido, bastará assinalar que estão acreditadas no Cairo 96 Missões Diplomáticas, mantendo a RAU no exterior 105 Embaixadas.

Para acompanhar essa febricitante ação diplomática, o observador político é necessariamente compelido a manter um fluxo de informações fatuais – de que é espelho o nº de CTs (Cartas Telegramas) dessa natureza enviadas, o ano passado à Secretaria de Estado: 326 – tendo em vista mantê-la a par do desdobramento quotidiano da ação tática e estratégica da RAU, no campo da política internacional.⁴

Ao detalhar as várias frentes de atuação externa da RAU (República Árabe Unida) e a sua frenética atuação diplomática, infere-se do documento a importância do posto diplomático brasileiro no Cairo, pois os diplomatas ali creditados acompanhavam de perto a febril movimentação das grandes potências, EUA e URSS, em torno do Canal de Suez; do conflito entre Israel e Palestina; do Petróleo; do movimento dos não-alinhados; da presença das potências emergentes, Alemanha e Japão, na região etc. Além do que a região era alvo das empreitadas das duas maiores potências em busca de áreas de influência militar e ideológica. Por isso, para o Brasil que buscava universalizar-se e atuar na política internacional com mais desenvoltura, o Egito era posto chave para acompanhar o desenrolar dos fatos “frescos”.

Os documentos diplomáticos são indispensáveis para compreender as relações entre o Brasil e o Egito no período. O estudo repousa nessas fontes primárias. A abundância de documentos disponíveis é o principal motivo para escolha de um período de tempo tão curto.

Será considerada, para o estudo da política externa, uma série de variáveis que condicionam a ação externa de um país: a conjuntura internacional e doméstica da época,

⁴ Política Exterior da RAU em 1967, confidencial - urgente, janeiro de 1967. AH/MRE – BSB, CTs.

a direção dos esforços dos dirigentes do país na busca pelo “desenvolvimento nacional”, seus avanços, contradições e limitações. Agregar-se-á o Egito como uma variável no cálculo da atuação brasileira e no debate historiográfico das relações internacionais, “uma coluna” para a compreensão de toda a região do Oriente Médio e suas influências no modelo decisório brasileiro.

Não se busca nesta pesquisa encontrar uma superdimensão nas relações entre o Egito e o Brasil, com o intuito de supervalorizar o objeto de estudo. Porém, com os recursos já disponíveis para realizar a pesquisa, busca-se trazer para o debate historiográfico uma região há muito não explorada nos círculos de estudos brasileiros. Assim, também, procura-se acrescentar a produção acadêmica rico estudo em fontes primárias, facilitando a compreensão do período em questão em suas várias dimensões.

IV

“As relações de Brasil com Israel e os países árabes, inexplicavelmente, constituem uma dimensão pouco explorada pela análise historiográfica brasileira.”⁵ Iniciei a pesquisa com um levantamento bibliográfico sobre o que havia sido produzido no Brasil sobre o mundo árabe sob a orientação da professora Norma Breda. Com desejo de aprofundar o tema e após conversar com o professor Pio Penna, fui ao Itamaraty pesquisar nas fontes primárias e encontrei uma vasta coleção documental da embaixada do Cairo, milhares de documentos enviados e recebidos no período que se propõe estudar. Com a mínima produção historiográfica sobre o assunto e a riqueza em fontes primárias, abriu-se a oportunidade de explorar o mundo árabe com os olhos dos diplomatas brasileiros a partir do Cairo.

Visto que não há nada produzido sobre relações bilaterais Brasil – Egito, e que há fontes, já disponíveis⁶, o tema torna-se viável e seu desenvolvimento contribuirá para acrescentar conhecimento ao debate da historiografia das relações internacionais no Brasil.

⁵ LESSA, Antônio Carlos. Israel e o mundo árabe no cruzamento das escolhas internacionais do Brasil. In: SANTOS, Norma Breda do (Org.). Brasil e Israel: diplomacia e sociedades. Brasília: EdUnB, 2000.

⁶ O MRE concedeu-me acesso ao arquivo histórico do Itamaraty em Brasília, onde já estive por uma semana durante os dois expedientes. Os documentos liberados foram Ofícios, Memorandos e Cartas-Telegramas recebidos e enviados, ostensivos e confidenciais nos anos de 1967-1979. Pelo menos três mil páginas de documentos já estão em minha posse, todos versando sobre política e comércio, não só com o Egito, mas com a região.

V

Têm-se como objetivos: a) elaborar um estudo de caráter histórico das relações entre Brasil e Egito no período compreendido entre os anos de 1967 e 1969, tendo em vista a identificação de padrões históricos, políticos, econômicos e culturais que condicionaram à época o relacionamento dos dois países. b) Dar conhecimento, para a comunidade acadêmica da área de História das Relações Internacionais, de fontes primárias brasileiras que abordam temas relevantes para os relacionamentos bilaterais do Brasil e para a política internacional relativa ao mundo árabe, de forma a contribuir para uma melhor compreensão da política externa brasileira contemporânea e sua inserção na região do Oriente Médio. c) Identificar, nos documentos primários e secundários, os atores e as forças responsáveis pelos avanços e recuos das políticas exteriores de Brasil e do Egito, em especial seu peso específico no processo decisório das relações exteriores e suas implicações para o relacionamento bilateral.

VI

A utilização de fontes primárias define a originalidade da produção de caráter histórico. Dessa forma, o procedimento metodológico pode ser resumido na leitura, análise e interpretação das fontes primárias levantadas e a serem levantadas no Arquivo Histórico do Itamaraty em Brasília. A documentação recebida e enviada entre o Brasil e o Cairo manifestará os principais temas e as inquietações presentes nas relações bilaterais.

Os ofícios (ostensivos e confidenciais) tratam das grandes questões de natureza política e comercial e apresentam diagnósticos de conjuntura, tanto de política internacional quanto da política interna dos países sede das embaixadas. Na maior parte do período, os embaixadores elaboraram relatórios mensais a respeito da política interna do país onde atuavam.

Os memorandos, documentos que relatam as reuniões internas das chancelarias, e que podem ser confidenciais ou secretos, servem de base para analisar as principais alternativas apresentadas para o país frente aos grandes temas e às conferências multilaterais.

As cartas-telegramas revelam os posicionamentos políticos tomados frente a temas emergenciais e muitas vezes apresentam uma linguagem mais despojada, o que

permite ao pesquisador se aproximar de forma mais efetiva das razões que instruem um determinado procedimento.

VII

O estudo será dividido em três capítulos. O primeiro deles será uma revisão bibliográfica. Não há nada escrito sobre as relações bilaterais Brasil- Egito. Fez-se um levantamento nas principais revistas de relações internacionais, nos programas de pós-graduação e em alguns livros ou capítulos de livros, sobre o que havia sido escrito a respeito do mundo árabe. Utilizou-se alguns periódicos estrangeiros para compreender a história, a sociedade e a política egípcia no período estudado.

O capítulo seguinte será uma exposição, a partir dos documentos do Ministério das Relações Exteriores, dos principais fatos da vida política interna e internacional da República Árabe Unida sob a ótica dos diplomatas creditados no Cairo e o desdobramento do conhecimento desses fatos nas decisões e políticas brasileiras para o país.

Por fim, far-se-á um levantamento da evolução econômica entre os dois países: as Políticas Públicas que incidiram sobre tal, as missões econômicas, os grupos de trabalho, as promoções de vendas de produtos brasileiros no mercado egípcio, o balanço de pagamento, os principais produtos comercializados, os estudos de mercado, os produtos egípcios adquiridos pelo Brasil etc.

CAPÍTULO 1 - Revisão Bibliográfica

I

As relações bilaterais Brasil- Egito é um tópico pouco explorado na academia. Fez-se levantamento, nas principais revistas de relações internacionais, nos programas de pós-graduação e em alguns livros ou capítulos de livros, sobre o que havia sido escrito a respeito do mundo árabe. Fez-se uso, também, de alguns periódicos estrangeiros para compreender a história, a sociedade e a política egípcia no período estudado.

Nos periódicos de relações internacionais brasileiros, pode-se classificar a produção em três grandes temas: petróleo, conflito Israel-Palestina e terrorismo. Há, pois, vínculo temporal, com poucas exceções, das produções com fatos da política internacional, como as crises do petróleo em 1973 e 1979, como as várias guerras entre árabes e israelenses ou como os atentados de 11 de setembro de 2001 em solo americano. As produções sobre relações bilaterais resumem-se em duas dissertações de mestrado: Brasil-Iraque, de Seme Taleb Fares e Brasil-Arábia Saudita, de Mansour Saleh Alsafi. Os livros que versam a respeito do tema são poucos, entre eles estão os dois organizados em seminários, por iniciativas governamentais: *Diálogo América do Sul – Países Árabes e Relações entre o Brasil e o Mundo Árabe: construção e perspectivas*; e o livro organizado pela professora Norma Breda dos Santos, professora da Universidade de Brasília: *Brasil e Israel: diplomacia e sociedade*. Os periódicos estrangeiros não serão explorados em pormenores aqui.⁷

II

“Os ocidentais integraram êsses (SIC) povos afro-asiáticos no estilo de vida moderno, em seus problemas sociais, econômicos e políticos, que passaram a ser universais.”⁸. A. Mendes Viana deixou um belíssimo artigo, escrito em 1959, para a Revista Brasileira de Política Internacional, onde tratou do colonialismo e dos novos

⁷ Os periódicos estrangeiros estão citados na bibliografia final do estudo.

⁸ VIANA, A. Mendes. O MUNDO AFRO-ASIÁTICO – SUA SIGNIFICAÇÃO PARA O BRASIL. Revista Brasileira de Política Internacional, Vol. 2, No 8, p. 5-23, 1959.

Estados que surgiram na África e na Ásia, nas décadas de 1940 e 1950, e seus significados para o ocidente e para o Brasil. Apesar da libertação do jugo colonial, do qual trata nos primeiros parágrafos do texto, Viana escreve:

“As correntes subterrâneas do capitalismo ocidental e do capitalismo norte-americano lutam vantajosamente contra o escasso capital dos novos Estados. O colonialismo continua a viver, dêsse (SIC) modo, disfarçado em influência econômico-financeira, e é bem difícil dizer quando se criará uma mentalidade nova internacional que venha ajudar livremente, sem pressões, o desenvolvimento dêsses (SIC) novos Estados.”⁹

Segundo a autora, aos movimentos contra o colonialismo, em sua forma mercantil ou capitalista, está ligado o tema nacionalismo, que nada mais é do que uma forma exacerbada de patriotismo vingador, uma resultante da emancipação daqueles Estados asiáticos ou africanos, enfatizada pela necessidade de criar uma força de contenção contra qualquer nova dominação, seja política, seja econômica, ou espiritual. A propagação desse movimento fez-se com intensidade e violência em busca da afirmação do Estado Nacional. Viana identifica dois tempos quando um povo passa da condição colonial à de Estado soberano:

“Primeiramente êle (SIC) adquire a liberdade política e só mais tarde, à custas de ingentes esforços, do ajustamentos dos meios aos fins, quando organiza seus quadros administrativos, sua vida interna e no campo internacional, é que começa a obter sua emancipação econômica. É nesse período intermediário entre a emancipação política e a econômica que está a fase mais perigosa da existência do novo Estado. Êsse (SIC) décalage quase sempre perturba a vida nacional, e os partidos políticos, ao invés de servirem as instituições como grupos que as assessoram e as vivificam, criando condições favoráveis a solução dos grandes problemas econômicos, lançam-se em críticas recíprocas injuriosas. Cria-se assim vazios aparentemente inexplicáveis e que a propaganda insidiosa estrangeira dos

⁹ VIANA, A. Mendes. O MUNDO AFRO-ASIÁTICO – SUA SIGNIFICAÇÃO PARA O BRASIL. Revista Brasileira de Política Internacional, Vol. 2, No 8, 1959, p. 12.

imperialistas e dos marxistas explica à sua própria maneira, sempre favoravelmente a seus interesses materiais e ideológicos.”¹⁰

A Conferência de Bandung, em 1955, é citada, então, como um catalisador de forças e uma resposta moral dos afro-asiáticos ao ocidente, condenando a agressão e a intervenção, mesmo ideológica, nos Estados. Antes de Bandung a relação dos povos afro-asiáticos com o mundo estava limitada a realidade da Guerra Fria. Na conferência, foi criada uma terceira via: o neutralismo, o não-alinhamento.

Este artigo torna-se extremamente importante para o estudo, pois parece descrever a situação do Egito sob Nasser. A República Árabe Unida era extremamente nacionalista e soube aproveitar o apoio da URSS aos países não-alinhados. O Egito exercia certo prestígio e certa liderança entre as nações afro-asiáticas, não-alinhadas, que se reuniram a convite de Nasser em uma conferência, nos últimos dias de 1957 e nos primeiros dias de 1958, que tinha por objetivo estreitar os laços entre as nações afro-asiáticas. “A Conferência da Solidariedade Afro-Asiática” contou com a presença de 23 países e tratou sobre questões internacionais, como o uso de armas atômicas, a autodeterminação dos povos etc. O Egito gozava, assim, de posição política destacada naquele contexto.

III

O petróleo é um tema recorrente nos periódicos de relações internacionais, além disso a necessidade dessa fonte de energia vinculou (e vincula) estreitamente os países árabes e o ocidente, assim como o Brasil. Destacar-se-á o texto de Carlos Ribeiro Santana na Revista Brasileira de Política Internacional em 2006 e os textos de Amaury Porto de Oliveira, em 1982 e 1984, na mesma revista.

O diplomata Carlos Ribeiro Santana discute o período de intensificação da aproximação com o Oriente Médio, associando-a a crise energética da década de 1970 e ao projeto de desenvolvimento econômico nacional. O autor ressalta:

¹⁰ VIANA, A. Mendes. O MUNDO AFRO-ASIÁTICO – SUA SIGNIFICAÇÃO PARA O BRASIL. Revista Brasileira de Política Internacional, Vol. 2, No 8, 1959, p. 18.

“Diante da alta do preço do petróleo, garantir o seu fornecimento consistia questão crucial para o país. A política externa da época inseriu-se no conteúdo da ação pragmática segundo a qual o relacionamento diplomático deveria ser intensificado à medida em que crescia a sangria de divisas com a importação de petróleo, o que contribuiu para ampliar o leque das relações internacionais do país naquela região.”¹¹

O Brasil era o país em desenvolvimento que mais importava óleo no mundo. A conjuntura internacional a partir de 1973 afetava diretamente o país, extremamente dependente desse insumo. Contudo, a aproximação com o Oriente Médio está relacionada, não só à crise energética de 1970, mas também ao projeto nacional de desenvolvimento econômico. Equilibrar a balança comercial com os países daquela região, garantir o fornecimento de petróleo, diversificar a agenda bilateral e conquistar novos mercados para as exportações, consistia em questão política crucial para o país naquele período. O autor ensina a respeito da década de 1970, mas reconhece que, desde o final da década de 1960,

“a diplomacia brasileira vinha conferindo ênfase ao comércio exterior e à busca de mercados para os produtos da incipiente indústria nacional, bem como à necessidade de garantir o abastecimento de petróleo, atitude que levou a uma série de iniciativas em direção ao Oriente Médio na década de 1970”¹².

As questões relativas ao Petróleo ainda encontram fundamentos no artigo de Amaury Porto de Oliveira. O autor ressalta as relações entre a OPEP e a América Latina, desenhando um quadro historiográfico sobre a criação da OPEP e sobre a importância do chamado terceiro mundo no quadro energético da década de 1970 e 1980. Os arquivos da

¹¹ SANTANA, Carlos Ribeiro. *O aprofundamento das relações do Brasil com os países do Oriente Médio durante os dois choques do petróleo da década de 1970: um exemplo de ação pragmática*. Revista Brasileira de Política Internacional, Vol. 49, N° 2, pp. 155-177, 2007.

¹² Idem. Ibidem.

Opep e a XI Conferência Mundial de Energia em Munique, em 1980, fornecem os dados quantitativos sobre os quais Amaury desenvolveu seu artigo.

O declínio histórico do petróleo iniciou-se? O preço do petróleo atingiu um nível que força as nações industrializadas a buscar fontes alternativas de energia? O autor via implícitos nessas perguntas problemas no relacionamento entre a OPEP e os países da OCDE e preocupava-se em como a conjuntura petrolífera afetaria países em desenvolvimento. Como tais países irão resolver seus problemas de abastecimento? Os países em desenvolvimento precisariam superar suas deficiências de capitais e recursos energéticos. Amaury viu no petróleo o grande motor para a modernização desses países, contudo citou o exemplo do álcool brasileiro como forma local de desenvolvimento energético dissociado tecnologicamente do mundo do petróleo. Os países em desenvolvimento, portanto, enfrentariam grandes desafios de cooperação e ajuda mútua para superar os entraves energéticos ao desenvolvimento.

Em 1984, Amaury Porto de Oliveira escreveu outro artigo a respeito da reestruturação do comércio internacional do petróleo. Dados científicos comprovaram, na década de 1970, a finitude do petróleo. Governos e empresas transnacionais passaram a atuar patrocinando pesquisas na área do petróleo, para um melhor aproveitamento, e em outras fontes de energia.. Além disso, as políticas de países da OPEP e de empresas transnacionais vinculavam-se a como melhor aproveitar comercialmente as reservas de petróleo, o que provocou reações por parte dos países em desenvolvimento, porque os recursos energéticos disponíveis não estavam sendo um fator real para o desenvolvimento nacional. Esses recursos eram mais uma variável no cálculo dos lucros obtidos pelos países industrializados e pelas multinacionais.

A respeito do conflito entre árabes e israelitas é notável a contribuição da professora Norma Breda¹³ e do professor Peter Demant¹⁴. Norma traça um espectro da atuação do Brasil na ONU com respeito ao Oriente Médio de 1945 a 2002, identificando três paradigmas de atuação: equidistância, pragmatismo e realismo. Contudo, a autora não identifica uma política brasileira para a região, mas uma diplomacia que reage a

¹³ BREDÁ, Norma. As posições brasileiras nas Nações Unidas com relação ao Oriente Médio (1945-2002): equidistância, pragmatismo e realismo. Vol.5, No 2, pp , 2003.

¹⁴ DEMANT, Peter. A temporada dos escorpiões: Há saída para a crise no Oriente Médio?. Vol. 11, No 1, 2002.

interesses imediatos ou a ausência deles. No primeiro paradigma é identificado imparcialidade e neutralidade nas atuações do Brasil, embora haja participação decisória em temas sensíveis da região. Quanto à segunda fase do espectro, o governo brasileiro declara o sionismo uma forma de racismo, demonstrando pragmatismo em relação à dependência do petróleo árabe. Na fase realista, o voto do Brasil converge com os dos Estados Unidos.

Peter Demant trata da questão, em um artigo na Revista Política Externa, sob a ótica de uma possível saída para o conflito. Segundo o autor, essa saída depende muito mais dos próprios árabes e judeus do que dos atores externos, pois a conjuntura internacional atual os limita. Rica em conteúdo cultural a análise é boa para compreender melhor a região.

Sobre terrorismo a lição de Luiz Alberto Moniz Bandeira é muito esclarecedora. Para o autor:

“O terrorismo sempre constituiu um ato político, de natureza instrumental, praticado tanto por organizações revolucionárias ou contra-revolucionárias, pelos radicais de esquerda ou de direita, ou fundamentalistas religiosos ou grupos étnicos, quanto pelo serviço de inteligência de quase todos os Estados, nem sempre com o objetivo militar, em tempo de guerra.”¹⁵

Sob essa perspectiva, Moniz Bandeira desenvolve paralelos entre a política externa norte-americana da Guerra Fria e a atual. O autor discute o incentivo e a disseminação do terrorismo por parte do aparelho de segurança estadunidense para alcançar seus objetivos geopolíticos e relacionando a luta contra o terror com uma justificativa para a manutenção e aumento dos gastos em segurança feitos durante a Guerra Fria.

Ainda sobre terrorismo, o texto de Eduardo Viola e Hector Ricardo Leis é interessantíssimo. Os autores classificam o terrorismo como um ato bárbaro. *“Bárbaros são aqueles que se relacionam antes com a idiossincrasia dos hábitos e das crenças, que*

¹⁵ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. A guerra contra o terror: Petróleo e Armamentismo. Cena Internacional, Vol. 4, N° 1, pp. 5-42, 2002.

*com um direito englobante para todos os humanos”*¹⁶. Os autores defendem que as sociedades mais civilizadas estão onde o capitalismo atingiu estágios mais avançados. Essas nações teriam derrotado a barbárie do comunismo e do nazismo.

No mundo globalizado, os elementos de civilização e barbárie circulam e se entrecruzam em toda parte. No caso dos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, os atos praticados foram de violência e pura barbárie. Não houve finalidade política, norma universal ou direito em qual se possa encaixar o evento. Pelo contrário eles demonstram o poder destrutivo do terrorismo global e afetam a governança do sistema. Os autores concluem que o mundo mudou com a atuação dos grupos terroristas em escala internacional e há a necessidade da construção de uma sociedade global para construir um estado de direito universal.

IV

Produção recente, o estudo de Taleb procura demonstrar que dentro da lógica do pragmatismo, do universalismo e da diplomacia econômica brasileira, os países do Oriente Médio, incluindo o Iraque, adquiriram importância fundamental para o Brasil após o primeiro choque do petróleo em 1973. O Iraque tornara-se também o principal fornecedor de petróleo, tornando-se vital para a economia brasileira. O estudo procura indicar um componente estratégico, pois o Iraque tornou-se o principal comprador de armas do Brasil e um importante parceiro no campo nuclear. Conclui-se que à medida que a dependência de petróleo foi diminuindo, o interesse do Brasil foi decrescendo e que após o embargo comercial imposto pela ONU nos anos de 1990, o relacionamento ficou suspenso até a invasão do país em 2003, quando o Brasil ensaia uma retomada das negociações.

Mansour Saleh Alsafi apresenta, em sua tese, a Arábia Saudita, seu sistema político e alguns aspectos de suas relações exteriores. O autor dá uma visão geral sobre a história saudita, fixando-se na história do Estado saudita contemporâneo. Mansour destaca a importância do reino e as bases fundamentais de suas políticas internas e

¹⁶ VIOLA, Eduardo; LEIS, Hector Ricardo. Os dilemas civilizatórios da globalização frente ao terrorismo islâmico. Cena Internacional. Vol. 3, No 2, p. 7, 2001.

externas. Além disso, mostra a influência da religião islâmica, do Alcorão sagrado, na vida sócio-cultural da sociedade saudita, nos seus costumes, nas suas tradições e na constituição do reino. Após discorrer sobre a participação da Arábia Saudita na criação da ONU e a evolução do país dentro da instituição, o autor destaca a importância estratégica e política do país no mundo muçumano e árabe. Assim como, o peso internacional que o país exerce com base nessa influência e no peso econômico do petróleo. Por fim, apresentaram-se os pontos mais relevantes das relações sauditas-brasileiras e das relações do país com a América Latina. O autor enfatiza a influência das migrações árabes no tecido social brasileiro, pois a comunidade árabe no Brasil seria a maior do mundo.

V

Os livros de iniciativa governamental reúnem contribuições de diversos professores e jornalistas. Os textos produzidos refletem as palestras organizadas com o objetivo de incentivar, na América do Sul, uma compreensão maior da cultura árabe. Essas palestras foram organizadas pelo Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais (IPRI) do Ministério das Relações Exteriores. Tratou-se de religião, direito, política, mídia e literatura. Somente alguns artigos dos dois livros citados serão destacados.

Nizar Messari desenvolveu um texto sobre o islã e a política. Segundo o professor, a política é um dos campos de maior divergência entre muçumanos. Há aqueles que afirmam que o Islã é a política e os que defendem uma separação entre ambos. Existem variações dentro dos dois grupos. Após identificar essas variações em países distintos e dentro deles, Messari procurou mostrar como essas diferenças entre o Islã e o Estado têm sido materializadas. Os exemplos da Turquia e do Irã, após a revolução do Xá, são referências. No primeiro, há uma separação entre o islã e o Estado; no segundo, iniciou-se, com a revolução, uma República Islâmica no país. O autor desenvolveu a relação entre a democratização do mundo árabe e as variadas visões já citadas e concluiu observando que há um grande desafio para as nações árabes na lida com tamanhas diversidades e divergências.

O professor da USP Salem Hikmat Nasser escreveu um texto sobre o direito nos países árabes. Seu objeto de análise foi a Sharia como fonte ou não do direito nesses países. Salem conceituou a Sharia nas primeiras páginas do texto:

“A Sharia deve ser entendida como a Lei islâmica, Lei cuja inicial maiúscula deve indicar ao mesmo tempo seu caráter e origem divinos e a sua tendência a ser uma ordem normativa total. A Lei não se reduz ao direito, mas sim é constituída pelo conjunto de normas e prescrições reveladas e que indicam ao muçumano e à sua comunidade a via, o caminho a ser seguido.

(...)

As fontes de que emanam, e em que devem ser buscadas, as normas da sharia são o Alcorão, livro sagrado que contem as revelações de Deus ao profeta Mohamad, e a sunna, ou a tradição, conjunto dos dizeres (abadith) e comportamentos do Profeta que, naturalmente, agia inspirado divinamente e era imune ao erro”¹⁷

Após definir a Sharia, o autor identifica que ela é incorporada pelos países árabes em graus variáveis e de forma fracionada, mas que todos os Estados árabes reservam à Sharia algum papel, “*sendo que ela é quase onipresente em alguns e residual em outros.*”¹⁸

Eugenio Espir Chahúan faz uma reflexão sobre o conceito de Nação árabe. Ele faz uma revisão sobre a evolução e discussão teórica dos conceitos de Nação e nacionalismo, distinguindo os principais autores e correntes teóricas e, a partir de uma visão histórica da primeira metade do século XX, examina a questão da existência de uma ou várias nações árabes. O texto torna-se excelente para este estudo, pois retrata o período em que o Egito se constrói como nação. O cume desse processo é o período Nasser, o qual se propôs estudar uma parte aqui. Não se poderia deixar de citar parte da conclusão do professor:

¹⁷ NASSER, Salem Hikmat. “Seria a sharia a única fonte do direito nos países árabes?”. In: Araújo, Heloisa Vilhena (org.). *Diálogo América do Sul – Países Árabes*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2005, p. 40.

¹⁸ Idem. *Ibidem*.

“... entendemos que a Nação é uma comunidade imaginada, composta de objetos de engenharia, como um artefato cultural da modernidade, construída pelos intelectuais modernos a partir da mistura e da invenção de diferentes ingredientes como a história, os mitos, os símbolos, as tradições, as línguas, etc., de forma tal que imagem e realidade chegam a ser idênticas. A partir deste ponto de vista, não é possível falar de Nação árabe senão até o desmembramento do Império Otomano, com a conseqüente abolição do califado; pois, até então, os vínculos de solidariedade se faziam pela Umma islâmica. Por isso é que entendemos que a Nação é um artefato cultural da modernidade, porque esta surge quando as solidariedades religiosas perdem força e são substituídas por afetos políticos, culturais e lingüísticos, os quais determinarão a existência da Nação, adquirindo a característica do moderno. (...) Esta proposta teórica coincide com o mundo árabe, porque a criação da Nação ou das nações árabes insere-se em um contexto marcado por dois fenômenos: o primeiro é a queda dos impérios, dentre eles o Otomano, o que provoca a destruição do vínculo de solidariedade religiosa entre os povos de fala árabe, com o qual os árabes devem enfrentar a modernidade tardia em uma situação de letargia. O segundo fenômeno é o da colonização, fato que acentua o sentimento do atraso árabe perante a modernidade, além de um sentimento autocrítico pela decadência e atraso atribuídos ao domínio estrangeiro.”¹⁹

Nizar Messari ainda desenvolve, em outro texto, quais as prioridades externas árabes. Árabes seriam todos os países membros da Liga Árabe. Messari afirma que “*os três temas dominantes no mundo árabe atual são a questão do Iraque, o conflito entre Israel e os palestinos e a relação com o Ocidente, em geral, e com os Estados Unidos da América e a União Européia, em particular*”²⁰. Para o autor essas questões estão profundamente interligadas e não se pode discutir uma sem discutir as demais. Cada país árabe possui suas próprias prioridades, e as define em termos regionais ou domésticos.

¹⁹ CHAHÚAN, Eugênio Espir. Reflexão sobre o conceito de Nação Árabe. In: Araújo, Heloisa Vilhena (org.). *Diálogo América do Sul – Países Árabes*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2005, p. 180.

²⁰ MESSARI, Nizar. Prioridades do mundo árabe. In: Araújo, Heloisa Vilhena (org.). *Diálogo América do Sul – Países Árabes*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2005, p. 352.

Nas considerações finais, Messari cita outras questões fundamentais como o terrorismo e os problemas étnicos e enfatiza as capacidades e possibilidades brasileiras para a região.

No livro organizado pela professora Norma Breda dos Santos, Antônio Carlos Lessa trabalha as relações do Brasil com Israel e os países árabes e ensina:

“É certo que esta história é muito mais rica do que indicam os fracos índices do comércio bilateral e dos fluxos financeiros e a baixa densidade das agendas políticas e de cooperação. Ela encontra a sua força e os seus motivos nas dinâmicas das relações psicossociais que ultrapassam os Estados e constroem pontes ligando diretamente as sociedades. Não é este o caso da comunidade judaica e da árabe plenamente integradas no tecido social brasileiro?”²¹

Reconhecendo que há uma intrincada comunidade judaica e árabe no Brasil e que há, também, debilidades nos laços interestatais, Lessa trata do exame das relações de Brasil com Israel e com o conjunto dos países árabes para compreender os mecanismos de atualização das tradições diplomáticas brasileiras. Com o objetivo de examinar, em linhas gerais, o desenvolvimento das relações do Brasil com Israel e com as nações árabes de 1967 a 2000, o autor parte da análise dos traços dominantes do comportamento internacional do Brasil: seus objetivos tradicionais e meios de ação.

Lessa identifica quatro objetivos básicos, que manifestam o interesse nacional e que se prestam a instrumentalizar a atuação internacional do Brasil desde 1930 a 1990. *“Tais objetivos realizavam-se pela ampliação da capacidade de articulação internacional demonstrada pelo país”*²². Assim como,

“A realização de tais desígnios deu-se em movimentos não-lineares, que se estendem em avanços e recuos por todo o período, por meio do descarte gradual de conceitos e idéias que se foram mostrando, crescentemente, inadequados para continuarem servindo de baliza à atuação internacional de nação que apresentava demandas e necessidades cada vez mais complexas, nascentes do processo de urbanização e do próprio desenvolvimento

²¹ LESSA, Antônio Carlos. Israel e o mundo árabe no cruzamento das escolhas internacionais do Brasil. In: SANTOS, Norma Breda do (Org.). Brasil e Israel: diplomacia e sociedades. Brasília: EdUnB, 2000, p. 149.

²² Idem. P. 150

industrial. Assim, as noções de bipolarismo como maior constrangimento internacional, de segurança coletiva, de interdependência militar, política e econômica e as categorias que informam o ocidentalismo, foram, lentamente, expelidas dos fatores computados no cálculo estratégico. Paralelamente, desenvolveu-se uma hipersensibilidade aos temas econômicos e se constatou que os objetivos nacionais são mais bem realizados pela construção de acervo universal de contatos bilaterais.

(...)

O desmoronamento da ordem internacional do pós-guerra, ao final dos anos 80 e na abertura dos 1990, ao impor a constatação da morte súbita das categorias que emprestavam organicidade ao discurso e à prática política do nacional-desenvolvimentismo, em conjunção com o avanço irrefreável da vaga neocambista, acabou por romper o consenso que se articulou em torno da Política Exterior do Brasil, pelo menos até a década de 70, pautado pela excelência das linhas gerais do projeto de inserção internacional que se implementara até então. De fato, a sua eficácia seriamente comprometida pelas transformações políticas e econômicas externas e internas impunha a rearticulação de prioridades, que passam pela revisitação do acervo de contatos bilaterais, pelo abandono de posturas defensivas acerca dos chamados temas globais (meio ambiente, direitos humanos, não-proliferação, etc.) e por crescente interação e participação nos processos de regionalização.”²³

Após descrever as tendências gerais da Política Exterior do Brasil, o autor trata dos relacionamentos excludentes durante o período militar, dos projetos governamentais, dos choques do petróleo, das crises financeiras e, assim, da revisão de relacionamentos a partir da nova realidade nacional e dos constrangimentos externos. Por fim, tratou-se do rompimento da equidistância nas questões judaico-palestinas, da mudança política brasileira em relação ao Oriente Médio, do voto anti-sionista e das relações econômicas entre o Brasil e a região.

²³ Idem. P. 153-156.

VI

A bibliografia serve de suporte para compreender os vínculos que o Brasil tem com a região. Assim como, demonstra-nos quais aspectos tornaram-se relevantes a partir da perspectiva da academia e, muitas vezes, do Estado brasileiro. Nada há escrito sobre o relacionamento Brasil-Egito no governo Costa e Silva, estudo a ser desenvolvido em fontes primárias nos dois capítulos posteriores.

CAPÍTULO 2 – Fatos da vida política interna e internacional da República Árabe Unida sob a ótica dos diplomatas creditados no Cairo.

I

“Tendo em vista, no entanto, facilitar à Secretaria de Estado a tarefa de análise do comportamento externo do Egito, a fim de permitir-lhe ter uma visão renovada e global do quadro da política externa da RAU, para o efeito de organização das correlatas posições brasileiras, julguei conveniente periodicamente, doravante, proceder à montagem de um texto analítico e integrado da ação diplomática deste país.”²⁴

No período de 1967 a 1969, os secretários creditados no Cairo elaboraram um conjunto de informações políticas a respeito da RAU (República Árabe Unida) e sua política externa. O objetivo desses relatórios é bem claro como observamos na Carta Telegrama acima, enviada pelo Secretário Antônio Amaral de Sampaio no Cairo para o Ministro Juracy Magalhães. A partir de tal documentação, observar-se-á a vida política da RAU sob a ótica da diplomacia brasileira. No que tange às relações internacionais, especial atenção foi dada aos problemas relacionados com a Crise do Oriente Médio, com a realização das Conferências dos Chefes dos Estados Árabes e com as relações da R.A.U., a URSS e os EUA.

Em 1967, havia um processo de desarticulação da política árabe de solidariedade contra o inimigo comum – o Estado sionista – que no ano de 1966, desfez-se lenta, mas irreversivelmente. Além das contradições internas da área, onde coexistiam monarquias de estrutura tribal e semi-feudal ao lado de países socialistas como a R.A.U., existiam posições antagônicas, dentro do grupo, que dividiam os Estados-membros da Liga: a dos “conservadores e reacionários” e a dos revolucionários e socialistas”. A política do Cairo, que tinha como objetivo nacional supremo a expansão de sua ideologia e a união de todos os povos árabes sob uma só bandeira, e a criação do Comando Militar Conjunto, da Organização de Libertação Palestina (OLP) e da Comissão Permanente para o Aproveitamento dos Afluentes do Jordão, lançou as bases da discórdia entre as partes.

²⁴ Política Exterior da RAU em 1967, confidencial - urgente, janeiro de 1967. AH/MRE – BSB, CTs.

“A agressividade expansionista da política da RAU, que formulou a criação das três aludidas entidades a fim de facilitar não eventuais operações de guerra contra Tel-Aviv, mas, ao revés, as concebeu, em essência, como instrumentos destinados a colocar em cheque os regimes adversos da Jordânia, da Arábia Suadita e do Líbano, fez com que, ultrapassado o entusiasmo dos primeiros dias e esfriado o ambiente de unanimidade reinante na reunião do Cairo, os Estados limítrofes de Israel se dessem conta da permanente ameaça que representaria contra seus interesses o cumprimento imediato e perfeito, como exigia o Egito, do que fora solene e formalmente convencionado.”²⁵

Em princípio, a criação das entidades citadas acima tinha como objetivo impedir que Israel continuasse a desenvolver-se nos domínios agrícolas e energético, com recursos desviados do rio Jordão. Contudo, os Estados Árabes conservadores, não aliados da R.A.U., não permitiram, sob o pretexto de eventuais operações preventivas contra Israel ou da proteção de obras de desvio dos afluentes do Jordão, uma presença em seus territórios de contingentes armados egípcios, iraquianos e sírios.

Paralela à desarticulação da frente única anti-sionista dos treze Estados membros da Liga aconteceu, gradualmente, a aproximação político-ideológica entre os países árabes “socialistas e revolucionários”. Esse processo, que no início de 1967 encontrava-se em pleno desenvolvimento, mudou a estrutura geográfico-político da região e Nasser (Ditador egípcio à época) encarava-o como um passo em direção a unidade árabe feita por seu governo. Todavia, um governo extremamente revolucionário tomou o poder na Síria e desestabilizou a região, como se observa:

“... o contínuo deterioramento da situação nas fronteiras entre a Síria e Israel, movimento este suscetível de provocar, em breve, grave crise, mostram claramente que o Baas damasceno não se contenta com o papel de “brilhante segundo” que lhe tem pretendido determinar a política nasserista. Fortes do apoio egípcio e ardentes de fé nacionalista, os revolucionários sírios têm suas iniciativas próprias, fixadas ao sabor de inspirações momentâneas e não planejadas longamente, tal como as ações nas quais a

²⁵ Idem. Ibidem.

RAU, com seu indiscutível gênio estratégico, determinou para sua política exterior. A Síria hoje é muito mais sectária e extremada que a RAU; a canalização, para fins de interesse comum pan-árabe das energias damascenas, ou mesmo a contenção de seus excessos intermitentes, é problema acessório que a súbita aproximação com os revolucionários baassistas criou para o Cairo. Constitui tal negócio contínua fonte de preocupação para este governo, o qual, se por um lado não deseja ver arrebatada de suas mãos, por outros mais atrevidos, o estandarte da luta anti-sionista e anti-imperialista no Oriente árabe, por outro lado vacila e alarma-se ante a violência desconexa e improvisada que norteia a ação de seus novos aliados do norte.²⁶

II

A R.A.U., durante o período estudado, tinha excessiva dependência de Moscou, não apenas no domínio do relevante auxílio soviético a seu equipamento militar e ao desenvolvimento econômico, mas ao abastecimento de seu povo de gêneros alimentícios de primeira necessidade. O esforço egípcio para diversificar as formas externas de ajuda financeira, técnica e alimentar produziu resultados limitados. As nacionalizações e desapropriações dos bens estrangeiros no país, após a crise de Suez, às leis socialistas e o programa de islamização da economia nacional, tornaram ariscos os empresários estrangeiros à eventual aplicação de seus capitais na R.A.U.. Cairo rompeu com Londres por causa de sua política de prestígio e liderança no mundo árabe e africano, o que representou o fim da ajuda ao desenvolvimento egípcio. Além do mais, os acordos com Paris não haviam produzido resultados econômicos significantes e as relações com Washington estavam paradas, por causa da intervenção militar egípcia no Iemem e Jordânia e por seus projetos imperialistas nos Emirados Árabes.

“Tal matéria, aliás, é de maior relevância para o futuro da RAU. As obrigações assumidas com o Bloco Oriental não tem cessado de crescer e, com a Embaixada notou, a RAU já deve ter compreendido que em breve chegará o momento no qual sua dependência de Moscou será de tal ordem e proporção que poderá repetir-se, em relação à União Soviética, com cores

²⁶ Idem. Ibidem.

mais carregadas e perfis mais nítidos, a situação vigente nas décadas dos vinte e dos trinta, com referência à submissão do Egito a Londres, de tal sorte que decisões passíveis de afetar a política geral do país tornarão a ser inculcadas do exterior e mecanicamente aplicadas pelo Cairo.²⁷

A respeito da política de Washington e Moscou para região lê-se:

“Talvez ainda não seja demasiadamente tarde para que Washington mudando de posição, mude também, em conseqüência, a contínua marcha da RAU, não desejada por seus condutores, mas a eles imposta como imperativo de sobrevivência e de desenvolvimento, no sentido de inserir-se inexoravelmente na órbita do poder soviético. A RAU não é comunista; ao revés: é nacionalista convicta, é muçumana fiel; seu pragmatismo e sua sede de desenvolver o país e de unir os árabes, aos quais às portas do Ocidente, pelos motivos já assinalados, continuam fechadas, são os motivos que o compelem, possivelmente contra sua convicção íntima, a alinhar-se cada vez mais pelas forças que o apóiam eficazmente em sua política, a qual apenas é anti-ocidental no sentido em que pretenda deixar o Mchrek, e talvez também a Líbia e o Sudão, como zona reservada aos árabes e à hegemonia do poder caiota.

Moscou, por outro lado, dá-se conta de que, a esta altura, o nasserismo, com sua dinâmica revolucionária própria e seu socialismo islâmico canhestramente aplicado, é o melhor instrumento para seus desígnios de poder no Oriente - Médio. Para o Kremlin, a política da RAU constitui o estágio de transição necessário à RAU e seus vizinhos, dele dependentes, entre a revolução democrático-burguesa e a revolução marxista-leninista. E deve-se concluir que, a insensibilidade do mundo ocidental, e principalmente de Washington que, em verdade, mercê de seus interesses múltiplos e contraditórios na área, procurando garantir Israel, prestigiar seus investimentos petrolíferos, defender as soberanias saudita, líbia, libanesa e jordana e impedir o desenvolvimento do poder egípcio na costa do mar de Oman e no Golfo Pérsico, não tem ação coerente, sistemática e dissuasiva na RAU, mas procede por impulsos intermitentes e erráticos, que se anulam

²⁷ Idem. Ibidem.

e se excluem uns aos outros e que, como somatória final, tem concorrido paradoxalmente, em favor da posição moscovita.”²⁸

III

Há três aspectos que se destacam nos documentos a respeito da evolução do conflito israelo-árabe: as iniciativas de paz, à situação na Jordânia e as posições dos árabes e dos israelenses.

A Missão Jarring foi umas das iniciativas de paz. O embaixador Jarring (mediador sueco) não conseguiu conciliar os pontos-de-vista dos árabes e judeus. Para Israel, a quem não interessava a guerra, naquele momento, a missão significava tempo ganho para consolidar sua posição nos territórios ocupados e para esperar modificações nos regimes árabes hostis. Além disso, os israelenses queriam evitar os debates do problema no Conselho de Segurança, onde os Estados favoráveis aos árabes são maioria. Quanto aos árabes, o tempo ganho através de Jarring foi também necessário para seu fortalecimento militar e econômico, para seu melhor reequilíbrio político, para a conquista da opinião pública mundial e, sobretudo, para forçar as grades potências, diante do perigo de um conflito generalizado, a impor a paz na região. As grandes potências apoiavam a missão, pois acreditavam que o afastamento dela da região levaria a uma nova guerra.

Outra tentativa de paz foi “Os sete pontos de Dean Rusk”. Nesse plano Israel acordaria com a R.A.U. as bases para a pacificação da região e, em seguida, trataria de resolver sua contenda com a Jordânia e a Síria. Os pontos foram:

“1) retirada das tropas israelenses de todo o território egípcio ocupado depois de 5 de junho do ano passado; 2) presença de forças das Nações Unidas em Charm-El-Cheik; 3) cessação do estado de beligerância entre a RAU e Israel; 4) reconhecimento, por parte da RAU e Israel, do direito de todos os países da região viverem em segurança dentro das respectivas fronteiras; 5) solução do problema dos refugiados árabes; 6) livre navegação de embarcações israelenses através do Canal de Suez e Estreito de Tiran e

²⁸ Idem. Ibidem.

7) inclusão em instrumento internacional dos princípios e garantias para a aplicação das obrigações mencionadas anteriormente.”²⁹

Nasser não recusou o plano imediatamente, contudo com as crescentes dificuldades de caráter social, econômico e político motivados pela “Guerra dos Seis Dias” e pela ocupação do Sinai, terminou por recusá-lo em discurso público. Dificilmente Nasser poderia ter agido de outra forma, abandonar sírios e jordanenses à sua própria sorte e assumir compromissos com Israel significaria, para Nasser, abalar sua posição no mundo árabe.

A Jordânia foi teatro de sangrentos confrontos entre as forças do rei Hussein e as organizações palestinas de resistência. Internamente, esses choques revelaram a precaríssima situação em que se encontrava Hussein entre a necessidade, vital para a Jordânia, de encontrar uma solução urgente para o conflito com Israel, e a atitude intransigente que as organizações palestinas tinham. A RAU apoiava o movimento de resistência palestina. Lê-se o assunto em fonte primária:

“Como bem salienta a revista ‘Le Figaro’, hoje a Jordânia é um ‘Estado bicéfalo’, onde coexistem um poder legal – o do Rei – e o poder de fato, semi-clandestino, mas cada dia mais forte – o das organizações palestinas de resistência. Não é provável, entretanto, que os comandos pretendam derrubar o regime de Hussein, pois que tal fato levá-los-iam ao poder, privando-os da enorme vantagem que lhes confere hoje sua qualidade de irregulares e irresponsáveis diante do Direito Internacional. Ademais, a tomada do poder na Jordânia pelos guerrilheiros palestinos poderia causar a intervenção armada de Israel.”³⁰

Nenhum interesse parecia haver, de ambos as partes, para resolver o conflito entre árabes e israelitas no Oriente médio. Após a guerra de 1967, os árabes precisavam de tempo para: a) promover o rearmamento das forças armadas e a reorganização de seu comando; b) ultimar a recomposição da frente interna; c) ensejar a reconstrução

²⁹ Mês Político. Novembro de 1968, confidencial - urgente, novembro de 1968. AH/MRE – BSB, CTs.

³⁰ Idem. Ibidem.

econômica e social; d) assegurar a melhor coordenação das relações interárabes; e d) adotar e implementar uma política externa mais realista. Israel também necessitava de tempo para: a) organizar a administração do território árabe ocupado; b) promover a imigração de judeus dos Estados Unidos da América e da Europa Ocidental; c) influenciar a modificação das políticas exteriores de países europeus para a região; d) ampliar seus preparativos militares com vistas a um eventual novo conflito militar com os árabes; e) aniquilar as atividades terroristas nos territórios ocupados; f) fortalecer sua economia; e g) provocar ou apenas assistir a queda dos regimes árabes progressistas como a R.A.U. e a Síria.³¹

IV

No discurso pronunciado no dia 23 de julho de 1969 durante a sessão de abertura do Congresso Nacional da União Socialista Árabe, o Presidente Nasser pareceu introduzir modificação radical na atitude egípcia com referência as formas de solucionar os problemas criados pela derrota árabe na guerra de 1967. Quase nenhuma referência foi feita aos meios pacíficos de solução do conflito, e a insistência com que defendeu a necessidade de ampliar o que chamou de “guerra de usura”, pareceu significar que a solução militar tem prioridade sobre a política. Ainda nesse discurso, o Presidente pregou a necessidade de nova coordenação dos esforços árabes, com o objetivo de se prepararem melhor para enfrentar o inimigo israelense.

Observou-se, nos documentos de junho e julho de 1969, um persistente endurecimento das atividades bélicas, tanto do lado egípcio, quanto por parte de Israel. Acentuaram-se os combates na zona do Canal de Suez. Foram travadas sucessivas batalhas aéreas. A R.A.U. pretendeu não somente evitar a consolidação da presença israelense nos territórios atualmente ocupados, impedindo que as linhas de cessar fogo se transformem em fronteiras definitivas, mas também reforçar a unidade interna, principalmente no seio das forças armadas, e realçar o prestígio de Nasser no mundo

³¹ Crise no Oriente Médio. Posições dos Árabes e dos Israelenses, confidencial - urgente, março de 1967. AH/MRE – BSB, CTs.

árabe. Israel, por sua vez, ao intensificar as ações de represália, procurou, pela sua visível superioridade militar, impedir que os árabes prossigam na chamada “guerra de usura”.

Na segunda metade de 1969, fim do período proposto, vê-se que o confronto egípcio-israelense entrara em uma nova fase, com choques militares em junho e julho na zona do Canal de Suez. A guerra de trincheiras, praticada nos dois primeiros anos que se seguiram ao conflito de 1967, foi abandonada e os dois países mostraram-se dispostos a ações ofensivas contra o adversário, em operações de complexidade e significação militar. Contudo, os objetivos desses confrontos eram políticos. Do lado egípcio, a nova tática tinha em vista, além de levantar o moral da população e dar vasão aos anseios de luta da jovem oficialidade, impedir a lenta transformação da linha de trégua com Israel em fronteiras de fato, enquanto se processa o demorado trabalho de preparação das forças armadas da R.A.U. para conflitos futuros. Do lado de Israel, além do desejo de promover interesses que são o oposto dos da R.A.U., buscava-se também trazer os árabes a curvarem-se diante de realidades que se crê devam eles considerar sem remissão.³²

“Do lado da R.A.U., a teoria da nova fase militar foi enunciada pelo próprio Presidente Nasser, no discurso de 23 de julho, comemorativo do décimo sétimo aniversário da Revolução de 1952. ‘Entramos – proclamou ele – numa nova fase de nossa luta, a da libertação dos nossos territórios ocupados; de todos os territórios árabes, Jerusalém, a Cisjordânia, Golam e Gaza inclusive. É a guerra de usura que começa, com o objetivo de impedir que Israel transforme as linhas de trégua em fronteiras permanentes’ Nesse discurso, Nasser absteve-se de repetir os votos por uma solução pacífica, presentes em todos os seus pronunciamentos desde a Conferência de Cartum dos governantes árabes, em 1967. Não fez, outrossim, qualquer menção à Resolução de 22 de novembro de 1967, do Conselho de Segurança, omissão em que também incorrera, poucos meses antes, no seu discurso de posse, o Primeiro Ministro israelense, senhora Golda Meir.”³³

Parece que ambos os lados já haviam perdido a ilusão para uma saída diplomática para o confronto. A mencionada Conferência de Cartum, realizada sob o impacto da

³² Mês Político. setembro de 1969, confidencial - urgente, setembro de 1969. AH/MRE – BSB, CTs.

³³ Idem. Ibidem.

pesada derrota que haviam sofrido os países árabes, representara, apesar da recusa dos seus participantes de reconhecerem formalmente Israel, um compromisso político com ele, havendo os dirigentes árabes expressado a disposição de buscar uma solução não militar para o problema geral da palestina. A resolução do Conselho de Segurança que incorporava as reivindicações legítimas de Israel (fronteiras justas e seguras e plena liberdade de navegação nas águas internacionais para todos os Estados da região) e as dos Árabes (não referência a negociações diretas, justa solução para o problema dos refugiados e reafirmação do princípio da Carta das Nações unidas contra a aquisição pela força de novos territórios) não saiu do papel.

“É ilusório esperar qualquer progresso da ação política, se não vier ela apoiada pela força militar. A frente militar deve, pois, ter a primazia.”³⁴ Esse discurso de Nasser delineou as ordens que levaram a R.A.U. ao confronto com Israel. De um lado, o crescente peso no Oriente Próximo com um todo, do movimento nacionalista palestino autônomo. De outro lado, o fortalecimento, no interior da política egípcia, das correntes que não acreditavam em uma solução diplomática e buscavam a revanche militar. O crescimento das organizações de resistência palestina sob o efeito da ocupação por Israel dos novos territórios árabes e a extensão da sua influência política no conjunto da opinião árabe eram fatos. E os próprios israelenses passaram a reconhecer grupos de resistência palestina dentro de seu território, contradizendo uma tese defendida por Israel de que a população árabe no interior das suas fronteiras mantinha-se alheia à atentados terroristas, sendo esses atos planejados e executados do exterior.

“Ao observador diplomático ainda é difícil avaliar, em termos concretos, os resultados a que possa estar chegando a R.A.U. com a sustentação dessa ‘Guerra de usura’. Os comunicados militares egípcios são fantasiosos e engrandecidos para efeitos internos. Os comunicados israelenses tendem a aproveitar-se desse fato de todos conhecidos, para simplesmente negar autenticidade a qualquer anúncio partido do Cairo. Um cotejo laborioso das informações de um lado e do outro, à luz de quanto outro elemento de análise se possa obter, permite concluir-se que, se é verdade que as forças armadas da R.A.U. ainda longe estão de um grau de preparo técnico que

³⁴ Discurso de Nasser in: Idem. Ibidem.

lhes permita fazer frente às israelenses, em guerra aberta, não há de negar que setores delas começam a demonstrar uma nova combatividade e capacidade no manejo do material a sua disposição; parece certo, também, que o ônus imposto a Israel ao longo do Canal de Suez está-se mostrando por demais pesado, em termos de perdas humanas e de desgaste material.”³⁵

A tática da “guerra de usura” contra Israel proclamada por Nasser tinha por objetivo a liderança entre os árabes, tentar obter o controle da situação militar em toda a linha de frente do confronto com Israel (envolvia todos os países fronteiriços e que estavam em Guerra contra Israel), aperfeiçoar-se no emprego efetivo do novo material bélico recebido (URSS) e nos novos métodos de guerra; impedir, por fim, que Israel instala-se nas linhas de tréguas transformadas em novas fronteiras.

³⁵ Idem. Ibidem.

CAPÍTULO 3 – Evolução econômica entre o Brasil e o Egito

I

Um dos aspectos mais significativos da evolução da economia brasileira na década de 1960 foi a notável expansão de suas relações com o exterior: entre 1963 e 1966, o valor total de comércio exterior brasileiro passou de US\$ 2.893 milhões para US\$ 3.197 milhões. Contudo, enquanto, no mesmo período, os montantes das exportações revelaram um considerável incremento (de US\$ 1.406 milhões para US\$ 1.747 milhões), as importações brasileiras sofriam ligeiro declínio (de US\$ 1.487 milhões para US\$ 1.450 milhões). Essa relativa estagnação das importações e o substancial aumento das exportações, combinado com um importante influxo de capital, determinaram a formação de reservas cambiais estimadas naquele momento em US\$ 750 milhões, que exerciam sobre a economia brasileira considerável pressão inflacionária.

Em consequência, o governo brasileiro estava interessado não apenas em desenvolver as exportações, através da ação funcional e sistemática de certos órgãos criados naquele período, como o Conselho Nacional do Comércio Exterior e o Fundo de Financiamento das Exportações, mas também em estimular as importações, mediante medidas legislativas tendentes à abolição das restrições cambiais e à redução do nível geral de incidência da tarifa aduaneira.

Simultaneamente, estava o governo brasileiro preocupado em promover a modificação da estrutura da pauta de exportação, sobretudo através da inclusão de diversas artigos manufaturados e semi-manufaturados, e a diversificação geográfica do comércio exterior. No quadro dessas preocupações, o governo brasileiro considerou o comportamento de suas relações comerciais com República Árabe Unida que, com um contingente populacional de 30 milhões de habitantes e com a acelerada expansão de sua economia, representa um mercado promissor para a colocação de numerosos produtos, inclusive manufaturados.

Segundo dados estatísticos, o valor total da exportação do Brasil para a R.A.U. passou de apenas US\$124 mil para US\$ 1.733 mil entre 1963 e 1965, ao passo que as compras brasileiras no mercado egípcio se mantiveram nesse período em níveis muito pouco expressivos e descendentes (de US\$ 4 mil para US\$ 2 mil). Assim, o comércio

egípcio-brasileiro tinha níveis extremamente baixos, sobretudo se fosse considerado o estágio de desenvolvimento dos dois países no período, suas participações no mercado mundial e as possibilidades de complementação das economias. Porém, as trocas entre as economias eram marcada por desequilíbrios das correntes de comércio, com a formação no seu balanço de elevados superávits em favor do Brasil.

No período proposto, o Brasil buscou ampliar suas relações comerciais com a República Árabe Unida naquela conjuntura, quando as relações comerciais entre os países árabes, de um lado, e os Estados Unidos da América, Reino Unido e República Federal da Alemanha, do outro, entraram em fase de deterioração. Um estudo³⁶ demonstrou a existência, com a gradual retirada dos fornecedores desses três países, de um vazio comercial da ordem de pelo menos US\$ 360 milhões anuais na R.A.U., dos quais US\$ 160 milhões de artigos que poderiam ser supridos pelo Brasil.

II

“Há pessoas que nos qualificam de marxistas. O marxismo comporta uma filosofia que tem sua importância. Um terço dos habitantes do mundo é marxista. Mas o marxismo renega a religião. Essa é a razão fundamental de nossa oposição a esse sistema. Nosso socialismo é uma coisa e o comunismo é outra.”³⁷

Nasser esclareceu nesse discurso os fundamentos econômicos de seu regime. O presidente não via possibilidade de introduzir o comunismo na R.A.U., pois existia incompatibilidade entre o Marxismo e Alcorão. Durante a guerra de 1967 (Guerra dos Seis Dias), a posição de Nasser não mudou, mesmo com as pressões soviéticas que condicionava a ampliação da ajuda a uma mudança radical na economia egípcia.

³⁶ Possibilidades e meios de expansão das relações comerciais entre o Brasil e a R.A.U. na conjuntura atual, confidencial - urgente, agosto de 1967. AH/MRE – BSB, CTs.

³⁷ Crise no Oriente Médio. Influência Russa na RAU, confidencial - urgente, junho de 1967. AH/MRE – BSB, CTs.

“(…) Os principais setores da direção da economia egípcia foram, uma vez terminada a guerra, confiados a elementos conhecidos pela sua inclinação pró-ocidentais, como o vice-presidente Zacarias Mohieddine e o Ministro do planejamento El-Keissouny (antigo funcionário do Fundo Monetário Internacional, demitido juntamente com Mohieddine no ano passado pelas suas tendências a favor da maior liberalização da economia egípcia. Em consequência, o último orçamento foi elaborado conforme os padrões monetários mais ortodoxos dessa entidade financeira internacional e as medidas adotadas nos últimos dias, entre as quais a de estímulo a iniciativa privada e as de devolução de propriedades encampadas pelo Estado no passado, confirmam a tendência mais liberal de desenvolvimento da economia da R.A.U.”³⁸

Após a mudança no quadro administrativo-econômico do país, representantes do FMI e do BIRD estiveram no Cairo com três objetivos: a) examinar as medidas adotadas pela R.A.U. para promover uma maior estabilidade de sua economia; b) conforme as conclusões de tal exame, verificar as possibilidades de concessão ao governo egípcio de autorização para sacar sua quota-parte naquela organização internacional; e c) estabelecer relações mais próximas entre o BIRD e a R.A.U.³⁹

III

As missões diplomáticas de promoção comercial na R.A.U, nos anos de 1967 a 1969, partiram de algumas premissas básicas: a) a pequena importância da R.A.U. como mercado para produtos brasileiros nos últimos anos (em 1964 e 1965, as vendas brasileiras no mercado egípcio ascenderam a, respectivamente, US\$ 1.337 mil e US\$ 1.733 mil, que representaram cerca de 0,1% das exportações totais do Brasil; b) a menor prioridade que o exportador brasileiro concede a R.A.U., em virtude das dimensões relativamente limitadas de seu mercado, das pesadas restrições de seu regime de exportação e das dificuldades inerentes ao sistema de transportes entre os dois países,

³⁸ Idem. Ibidem.

³⁹ FMI e BIRD. Relações com a R.A.U. , confidencial - urgente, julho de 1967. AH/MRE – BSB, CTs.

sem falar das notórias dificuldades de pagamento; c) as promissoras possibilidades de expansão dos níveis e de diversificação da estrutura das exportações brasileiras para a R.A.U.; d) a diminuta expressão que o Brasil apresenta como fornecedor de produtos a R.A.U. e a necessidade desse país de promover a diversificação geográfica de suas fontes de abastecimento.

A partir de tais fundamentos, as atividades de promoção comercial do Brasil no Cairo foram projetadas para promover: a) o melhor conhecimento da evolução das relações comerciais egípcio-brasileiras e da provável tendência de seu comportamento futuro, e bem assim dos meios recomendados para estimular-se a ampliação equilibrada de tais relações; b) o estabelecimento de contatos diretos entre entidades estatais dos dois países; c) o adequado auxílio as firmas exportadoras brasileiras nos seus esforços de expansão de vendas no mercado egípcio; d) a ampla divulgação (na R.A.U.) das possibilidades de o Brasil atender parcela crescente de suas necessidades de importação, assim como (no Brasil) das perspectivas de o mercado egípcio absorver parte mais expressiva de seus artigos de exportação.

O primeiro desses objetivos seria alcançado através da realização de estudo de mercado visando a aferir a natureza e o grau da demanda potencial de produtos brasileiros e a identificar os obstáculos a um incremento de trocas entre os dois países, através da análise dos seguintes aspectos do comércio exterior da R.A.U.: a) volume e orientação nos últimos cinco anos não só das importações egípcias de produtos que são ou poderiam ser exportados pelo Brasil em quantidade expressiva, senão também das exportações brasileiras de artigos que são ou poderiam ser vendidos pela R.A.U.; b) regime egípcio de importação; c) sistema egípcio de comercialização interna; d) fatores determinantes do maior poder de competição dos tradicionais e importantes países fornecedores a R.A.U.; e) medidas que deveriam ser adotadas no Brasil e na R.A.U. para o mais adequado estreitamento das relações comerciais.

“(...) parte preponderante das exportações egípcias é efetuada através de entidades estatais ou sob controle estatal, o estabelecimento de contatos diretos com órgãos brasileiros é, muitas vezes, a única forma para se concretizar uma transação comercial. Assim, (...), tenciono procurar ativar, no corrente ano, de forma sistemática, os contatos diretos entre entidades

estatais locais com ingerência no comércio exterior e órgãos estatais ou para estatais brasileiros, como a PETROBRAS, o Instituto Brasileiro do Café, o Instituto Nacional do Pinho, o Instituto Nacional do Mate, o Instituto Rio-Grandense de arroz, etc.”⁴⁰

A embaixada brasileira no Cairo recorria as seguintes iniciativas para auxiliar as firmas exportadoras brasileiras na exploração do mercado egípcio: a) realizar estudos de mercado para os produtos brasileiros que apresentem melhores possibilidades de colocação na R.A.U.; b) fornecer aos exportadores brasileiros, mediante resposta a solicitação específica de natureza macroeconômica, dados relativos ao regime de importação, estatísticas de comércio exterior, condições de vendas dos principais competidores ou qualquer outra informação sobre o mercado local; c) obter das autoridades governamentais locais facilidades adicionais para o acesso de produtos brasileiros; d) facilitar os contatos entre exportadores brasileiros e importadores egípcios; e) determinar, em colaboração com o exportador brasileiro e o importador egípcio, os mais adequados canais de distribuição e sistemas de vendas; f) prestar toda assistência aos homens de negócios brasileiros de visita ao Egito; g) encaminhar as autoridades governamentais locais ofertas comerciais brasileiras e realizar todas as gestões subseqüentes para a conclusão da transação comercial.

No ano de 1968, os diplomatas do Cairo propuseram formas mais sofisticadas de divulgação comercial, como a participação brasileira em feiras e exposições internacionais organizadas na R.A.U., como a organização de amostras de produtos brasileiros, a constituição de missões comerciais, o preparo de “semanas brasileiras” em lojas locais e mesmo a publicidade junto ao consumidor final. A fim de poder implementar tal programa a embaixada requisitou ao Ministério a reorganização do setor econômico que deveria processar-se nos seguintes planos: a) pessoal: dois economistas ou estatísticos, que poderiam ser contratados localmente, e um datilógrafo estenógrafo; b) material de informação sobre o Brasil: estatísticas de produção, consumo, importação e exportação; estimativas brasileiras de produção, consumo e excedente exportável; relação

⁴⁰ Atividade de promoção comercial no exterior em 1967, confidencial - urgente, julho de 1967. AH/MRE – BSB, CTs.

completa de firmas exportadoras brasileiras; c) material de informação sobre a R.A.U.; e d) material de trabalho: uma máquina de calcular, um projetor de “slides”, um aparelho de intercomunicações e um mimeógrafo.⁴¹

Para a realização, de forma efetiva, da dinamização das relações comerciais entre o Brasil e a República Árabe Unida, procurou-se aperfeiçoar as atividades econômicas da missão diplomática através de um estudo, já citado anteriormente, a respeito dos meios e das possibilidades de serem expandidos os níveis e diversificadas as estruturas das relações comerciais egípcio-brasileira. Os diplomatas fizeram contatos com representantes comerciais no Cairo dos Estados Unidos da América e do Japão que evidenciaram a conveniência de encomendarem a realização de tal estudo a uma firma local, que disporia de maiores facilidades de acesso às informações de fontes governamentais: A.R.A.C. (“Arab Research and Advertising Centre”), que efetuou estudos semelhantes para as embaixadas daqueles dois países e ainda para a representação diplomática da Polônia e que gozava no meio local de idoneidade moral e excelente reputação técnica.⁴²

No início de 1968, um estudo preliminar, o já referido, foi elaborado sobre o valor das economias da região para o Brasil, com a finalidade de contribuir para a adequada formulação da política brasileira em relação à área. Dos quatorze países considerados, a República Árabe Unida estava em primeiro lugar de importância e potencial econômico para o Brasil.⁴³

Entre os países árabes, a R.A.U. apresentava grande importância potencial comercial para o Brasil. Entre os fatores que justificavam essa percepção poderiam ser relacionados os seguintes: a) a R.A.U. era o país do Oriente Médio e da África do Norte com maior população (seus 31 milhões de habitantes representavam cerca de 25% da população total dessa região); b) a R.A.U. era o país dessa área com o produto nacional bruto mais elevado (US\$4.181 milhões, em 1966; as taxas de crescimento do PNB e do PNB per - capita foram bastante altas naqueles últimos dez anos (respectivamente, 6,5% e 3,6% ao ano); c) o crescimento da produção agro-pecuária estava limitado pela escassez

⁴¹ Idem. Ibidem.

⁴² Promoção Comercial Brasileira na RAU. Realização de Estudo de Mercado. , confidencial - urgente, fevereiro de 1967. AH/MRE – BSB, CTs.

⁴³ Valor relativo para o Brasil das economias de um grupo de países do Oriente Médio e África do Norte. , confidencial - urgente, janeiro de 1968. AH/MRE – BSB, CTs.

de água e a R.A.U. teria cada vez mais dependência de suprimentos e alimentos estrangeiros, alguns dos quais poderiam ser fornecidos pelo Brasil; os recursos minerais da R.A.U., com a exceção do petróleo, minério de ferro e fertilizantes, não são adequados para atender os importantes programas de ampliação e funcionamento do parque industrial egípcio, o que levava a possibilidade do aumento das importações da R.A.U. nesse setor; além dos projetos de desenvolvimento industrial, para os quais o Brasil poderia fornecer máquinas e equipamentos; d) entre todos os países do Oriente Médio a R.A.U. já era, naquele momento, o principal importador, com um valor total de compras no estrangeiro de 12% das importações totais dessa região; a taxa de crescimento de suas importações naqueles últimos dez anos foi de 10% ao ano; e) a R.A.U. dispunha de elevadas receitas cambiais para o pagamento de suas importações, que resultaram não apenas de suas crescentes exportações, mas também do Canal de Suez, do turismo e do comércio marítimo.⁴⁴

Esse estudo mostrou que o Brasil poderia exportar para a R.A.U. produtos que representaram no seu conjunto um valor US\$750 milhões na pauta egípcia total de importação de 1966. Alguns desses artigos, importados pela R.A.U. de diversos países do mundo e exportados pelo Brasil para diferentes países, são relacionados a seguir: milho; chá; fumo; fibras vegetais brutas; carne bovina e ovina; minério de ferro; óleos vegetais (bruto e refinado); açúcar (bruto e refinado); produtos químicos e farmacêuticos; fertilizantes; desinfetantes; inseticidas e fungicidas; borracha sintética; artigos de borracha; couros e peles (brutas ou curtidas); madeira tropical e madeira de pinho (em tora ou em tábuas); dormentes de madeira; madeira compensada; pasta de papel; lã; papel; material de construção; vidro e artigos de vidro; ferro; ferro fundido e aço; diversos artigos de ferro e aço; caldeiras geradoras de vapor; motores de pistão para automóveis; bombas e compressores; máquinas-ferramentas; geradores e transformadores; pilhas, baterias e acumuladores elétricos; veículos automotores (inclusive tratores); embarcações de diferentes tipos; e instrumentos médico-cirúrgicos.

O citado estudo revelou, também, que a R.A.U. poderia exportar para o Brasil produtos que, no seu conjunto, representaram um valor de aproximadamente US\$240

⁴⁴ As relações comerciais entre o Brasil e os países Árabes. , confidencial - urgente, sem data. AH/MRE – BSB, CTs.

milhões na pauta brasileira total de importações de 1966. São eles os seguintes: petróleo e seus derivados; fertilizantes fosfatados; produtos farmacêuticos; sal; alhos e cebolas (frescos e desidratados); cimento; tâmaras etc.

Ao demonstrar as perspectivas promissoras de negócios com a R.A.U., esses estudos incentivaram as firmas exportadoras e importadoras brasileiras a entrarem em contato com as empresas comerciais árabes. Assim como, a embaixada do Brasil no Cairo passou a estar aparelhada a prestar toda a acessória necessária aos meios comerciais, públicos e privados, do Brasil e da R.A.U.. Aos setores comerciais árabes, a embaixada do Brasil estava habilitada para prestar as seguintes formas de colaboração: a) dar informações gerais sobre o Brasil (distribuição de diversos tipos de publicação em inglês, francês e árabe); b) prestar informações específicas (sobre setores da economia brasileira por exemplo); c) fornecer listas de exportadores brasileiros, transmitir ao Brasil propostas comerciais árabes e facilitar contatos diretos entre comerciantes brasileiros e árabes.

“(...) as empresas estatais e privadas árabes encontraram na Embaixada do Brasil no Cairo um órgão adequadamente aparelhado e profundamente interessado em colaborar, de forma positiva e eficaz, para o desenvolvimento das relações comerciais árabe-brasileiras.”⁴⁵

⁴⁵ Idem. Ibidem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fez-se um estudo, nas principais revistas de relações internacionais, nos programas de pós-graduação e em alguns livros ou capítulos de livros, sobre o que havia sido escrito a respeito do mundo árabe. Longe de esgotar as fontes de pesquisa, observou-se, nos periódicos de relações internacionais brasileiros, a produção que está dividida em três grandes temas: petróleo, conflito Israel-Palestina e terrorismo. Assim como, notou-se vínculo temporal, com poucas exceções, das produções com fatos da política internacional, como as crises do petróleo em 1973 e 1979, como as várias guerras entre árabes e israelenses ou como os atentados de 11 de setembro de 2001 em solo americano. As produções sobre relações bilaterais resumem-se em duas dissertações de mestrado: Brasil-Iraque, de Seme Taleb Fares e Brasil-Arábia Saudita, de Mansour Saleh Alsafi. Os livros que versam a respeito do tema são poucos, entre eles estão os dois organizados em seminários, por iniciativas governamentais: *Diálogo América do Sul – Países Árabes e Relações entre o Brasil e o Mundo Árabe: construção e perspectivas*; e o livro organizado pela professora Norma Breda dos Santos, professora da Universidade de Brasília: *Brasil e Israel: diplomacia e sociedade*.

No período de 1967 a 1969, os secretários creditados no Cairo elaboraram um conjunto de informações políticas a respeito da RAU (República Árabe Unida) e sua política externa. O objetivo desses relatórios é bem claro: facilitar à Secretaria de Estado a tarefa de análise do comportamento externo do Egito, a fim de permitir-lhe ter uma visão renovada e global do quadro da política externa da RAU, para o efeito de organização das correlatas posições brasileiras. A partir de documentação primária, observou-se a vida política da RAU sob a ótica da diplomacia brasileira. No que tange às relações internacionais, especial atenção foi dada aos problemas relacionados com a Crise do Oriente Médio, com a realização das Conferências dos Chefes dos Estados Árabes e com as relações da R.A.U., a URSS e os EUA

Por fim, estudou-se a evolução da economia brasileira no período proposto, quando houve uma notável expansão de suas relações com o exterior. O governo brasileiro estava preocupado em promover a modificação da estrutura da pauta de exportação, sobretudo através da inclusão de diversas artigos manufaturados e semi-

manufaturados, e a diversificação geográfica do comércio exterior. No quadro dessas preocupações, o governo brasileiro considerou o comportamento de suas relações comerciais com República Árabe Unida. A partir disso, foram montados grupos de trabalhos, elaborados estudos e a Embaixada do Brasil no Cairo passou a estar aparelhada para prestar assistência aos setores comerciais do Brasil e da R.A.U..

FONTES PRIMÁRIAS

Arquivo do Itamaraty, Brasília.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Livros

ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (org.). *Diplomacia para o Desenvolvimento: Sessenta Anos de Política Externa Brasileira, 1930-1990*. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1996.

Anais do Seminário Internacional realizado em Brasília, em junho de 2000. *Relações entre o Brasil e o Mundo Árabe: Construção e Perspectivas*. Brasília: FUNAG, 2001.

ARAÚJO, Heloísa Vilhena (org.). *Diálogo América do Sul – Países Árabes*. Brasília: FUNAG, 2005.

CASTRO, Marcus Faro. *Política e Relações Internacionais: Fundamentos Clássicos*. Brasília: EdUnB, 2005.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. Brasília: EdUnb, 2002.

CERVO, Amado Luiz. *Inserção Internacional: Formação dos Conceitos Brasileiros*. São Paulo: Saraiva, 2008.

DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Todo Império Perecerá: Teoria das Relações Internacionais*. Brasília: EdUnb, 2000.

ELMAN, Colin; ELMAN, Miriam Fendius. *Bridges and Boundaries: Historians, Political Scientists, and the Study of International Relations*. United States of America: Cambridge (MA): MIT Press, 2001.

JACKSON, Robert; SORENSEN, Georg. *Introdução às Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

KISSINGER, Henry. *Diplomacy*. New York: Simon & Schuster Paperbacks, 1994.

NOGUEIRA, João P. & MESSARI, Nizar. *Teoria das Relações Internacionais*. São Paulo: Ed. Saraiva, 2005.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de; LESSA, Antônio Carlos. *Política Internacional Contemporânea: Mundo em Transformação*. São Paulo: Saraiva, 2006.

_____. *Relações Internacionais do Brasil: Temas e Agendas*, V. 1. São Paulo: Saraiva, 2006.

SANTOS, Norma Breda dos (org.). *Brasil e Israel: Diplomacia e Sociedades*. Brasília: EdUnB, 2000.

SARAIVA, José Flávio. S. (Org.). *História das Relações Internacionais Contemporâneas: da Sociedade Internacional do Século XIX à Era da Globalização*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. *A Política Externa do Regime Militar Brasileiro: Multilateralização, Desenvolvimento e Construção de Uma Potência Média (1964-1985)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

WATSON, Adam. *A Evolução da Sociedade Internacional: Uma Análise Histórica Comparativa*. Brasília: EdUnB, 2004.

2. Dissertações

ALSAFI, Mansour Saleh. *Arábia Saudita: Sua Política Externa e Aspectos de Suas Relações com o Brasil*. Brasília: Universidade de Brasília, 1992. Dissertação de Mestrado.

DUARTE, Barbara Sampaio Vieira. *O Comportamento do Mediador no Conflito entre Árabes e Israelenses*. Rio de Janeiro: PUC – Rio, 2003. Dissertação de Mestrado.

FARES, Seme Taleb. *O Pragmatismo do Petróleo: As Relações entre Brasil e Iraque, de 1973 a 2007*. Brasília: Universidade de Brasília, 2007. Dissertação de Mestrado.

HADDOOD, Younus Khalifa. *Alguns Aspectos sobre o Processo da Democratização dos Sistemas Políticos no Mundo Árabe: Egito e Líbano como Modelos de Estudo*. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2007. Dissertação de mestrado.

SILVA, Silvana R.. *Política Externa Brasileira para os Países Árabes de 1974 a 1984*. Brasília: Universidade de Brasília, 1988. Dissertação de Mestrado.

3. Artigos

ABDEL-KHALEK, Gouda. “Looking Outside, or Turning Northwest? On the Meaning and External Dimension of Egypt’s Infitah 1971-1980”. *Social Problems*, Vol. 28, N° 4, pp. 394-409., 1981.

- AKHAVI, Shahrough. "The Clergy's Concepts of Rule in Egypt and Iran". *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, Vol. 524, pp. 92-102, 1992.
- ALBRIGHT, Madeleine. "Pontes, Bombas ou Tumulto?". *Política Externa*, Vol. 12, N° 3, 77-90, 2003/04
- AMIN, Galal A.. "Some Economic and Cultural Aspects of Economic Liberalization in Egypt". *Social Problems*, Vol. 8, N° 4, pp. 430-441, 1981.
- ANDERSON, Richard D.; HERMANN, Margaret G.; HERMANN, Charles. "Explaining Self-Defeating Foreign Policy Decisions: Interpreting Soviet Arms for Egypt in 1973 through Process or Domestic Bargaining Models?". *The American Political Science Review*, Vol. 86, N° 3, pp. 759-766, 1992.
- AREND, Hugo. "Conflitos na Civilidade: Terrorismo Extreme e Relações Internacionais". *Cena Internacional*, Vol. 8, N° 1, pp. 117-133, 2006.
- AZAMBUJA, Marcos Castrioto de. "Os Programas Nucleares da Coréia do Norte, do Irã e Suas Consequências". *Política Externa*, Vol. 15, N° 1, pp. 41-46, 2006.
- _____. "O Oriente-Médio Pós-Conflito: As Lições da Guerra e A Construção da Paz". *Revista Brasileira de Política Internacional*, Vol. 34, N° 133.134, pp. 15-28, 1991.
- BARNETT, Michael N.; LEVY, Jack S.. "Domestic Sources of Alliances and Alignments: The Case of Egypt, 1962-73". *International Organization*, Vol. 45, N° 3, pp.369-395, 1991.
- BAR-SIMAN-TOV, Yaacov. "Value-Complexity in Shifting from War to Peace: The Israeli Peace-Making Experience with Egypt". *Political Psychology*, Vol. 16, N° 3, pp. 545-565, 1995.
- BOYD, Harper W.; SHERBINI, Abdel Aziz El; SHERIF, Ahmed Fouad. "Channels of Distribution for Consumer Goods in Egypt". *Journal of Marketing*, Vol. 25, N° 6, pp. 26-33, 1961.
- BREDA, Norma. "As Posições Brasileiras nas Nações Unidas com Relação ao Oriente Médio (1945-2002): Equidistância, Pragmatismo e Realismo". *Cena Internacional*, Vol. 5, N° 2, pp. 5-22, 2003.
- BRESSER, Luiz Carlos. "O Gigante Fora do Tempo: a Guerra do Iraque e o Sistema Global". *Política Externa*, Vol. 12, N° 1, pp. 43-62, 2003.

- DEMANT, Peter. “O Próximo Milênio – Oportunidades e Obstáculos Para O Processo de Paz entre Israel e a Palestina”. *Política Externa*, Vol. 8, N° 3, pp. 152-172, 2000.
- _____. “A Temporada dos Escorpiões: Há Saída para a Crise no Oriente Médio?”. *Política Externa*, Vol. 11, N° 1, pp. 5-24, 2002.
- _____. “A Ação Norte-Americana e a Complexidade do Oriente Médio”. *Política Externa*, Vol. 12, N° 3, pp. 35-55, 2003/04.
- DESSOUKI, Ali E. Hillal. “Policy Making in Egypt: A Case Study of the Open Door Economic Policy”. *Social Problems*, Vol. 28, N° 4, pp. 410-416, 1981.
- DOWTY, Alan. “The Application of International Guarantees to the Egypt-Israel Conflict”. *The Journal of Conflict Resolution*, Vol. 16, N° 2, pp. 253-267, 1972.
- DINIZ, Eugênio. “Da Teoria a Análise Política: Guerra do Iraque ou do Reordenamento Unipolar?”. *Cena Internacional*, Vol. 7, N° 2, pp. 4-27, 2005.
- FELDBERG, Samuel. “A Guerra dos Seis Dias Guarenta Anos Depois – Origens e Consequências”. *Política Externa*, Vol. 16, N° 2, pp. 117-128, 2007.
- FERABOLLI, Silvia. “Relações Internacionais do Mundo Árabe (1954-2004): Os Desafios Para A Realização da Utopia Pan-Arabista”. *Contexto Internacional*, Vol. 29, N° 1, pp. 2007.
- GOLDBERG, Ellis. “The Foundations of State-Labor Relations in Contemporary Egypt”. *Comparative Politics*, Vol. 24, N° 2, pp. 147-161, 1992.
- GUINDI, Fadwa El. “Veiling Infitah with Muslim Ethic: Egypt’s Contemporary Islamic Movement”. *Social Problems*, Vol. 28, N° 4, pp. 465-485, 1981.
- HINNEBUSCH, Raymond A.. “Party Activists in Syria and Egypt: Political Participation in Authoritarian Modernizing States”. *International Political Science Review*, Vol. 4, N° 1, pp. 84-93, 1983.
- _____. “Egypt under Sadat: Elites, Power Structure, and Political Change in a Post-Populist State”. *Social Problems*, Vol. 28, N° 4, pp. 442-464, 1981.
- HUNTINGTON, Samuel P.. “Choque das Civilizações? Civilizações ou O Quê?”. *Política Externa*, Vol. 2, N° 4, pp. 169-178, 1994.
- IBRAHIM, Saad Eddin; GUENEDA, Nemat. “Culture and Leadership in Development Initiatives in Egypt”. *Development in Practice*, Vol. 5, N° 3, pp. 225-231, 1995.

JAGUARIBE, Hélio. “A Guerra ao Terrorismo”. *Contexto Internacional*, Vol. 10, N° 3, pp. , 2001/02.

JR, Abelardo Arantes. “O Conflito de 2001 no Afeganistão e Suas Implicações para a Ordem Internacional”. *Política Externa*, Vol. 11, N° 1, pp. , 2002.

kORAYEM, Karima. “The Rural-Urban Income Gap in Egypt and Biased Agricultural Pricing Policy”. *Social Problems* , Vol. 28, N° 4, pp. 417-429, 1981.

LAVENÈRE-WANDERLEY, N. F.. “Cooperação Horizontal Latino-Americana-Árabe em Matéria de Petróleo”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Vol. 25, N° 97.100, pp. 23-36, 1982.

LESSA, Antônio Carlos; MEIRA, Frederico Arana. “O Brasil e Os Atentados de 11 de Setembro de 2001”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Vol. 44, N° 2, pp. 46-61, 2001.

LOHBAWER, Christian. “Para Entender a Ásia Central: O Quadro Geopolítico e a Perspectiva Energética”. *Contexto internacional*, Vol. 10, N° 3, pp. , 2001/02.

MAOZ, Zeev; ASTORINO, Allison. “The Cognitive Structure of Peacemaking: Egypt and Israel, 1970-1978”. *Political Psychology*, Vol.13, N° 4, pp. 647-662, 1992.

MCNAMARA, Robert. “Britain, Nasser and the Outbreak of the Six Day War”. *Journal of Contemporary History*, Vol. 35, N° 4, pp. 619-639, 2000.

MENEZES, Adolpho Justo Bezerra. “O Colonialismo na Conjuntura Ásio-Africana”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Vol. 3, N° 12, pp. 44-62, 1960.

MONIZ, Luiz Alberto. “A Guerra Contra O Terror: Petróleo e Armamentismo”. *Cena Internacional*, Vol. 4, N° 1, pp. 5-42, 2002.

MOORE, Clement Henry. “The Northeastern Triangle: Libya, Egypt, and Sudan”. *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, Vol. 489, pp. 28-39, 1987.

MOR, Ben D.. “Nasser’s Decision-Making in the 1967 Middle East Crisis: A Rational-Choice Explanation”. *Journal of Peace Research*, Vol 28, N° 4, pp. 359-375, 1991.

OLIVEIRA, Adilson de; ARAÚJO, João Lizardo R. H. de; ROSA, Luiz Pinguelli. “Impasse Atual e Perspectivas a Longo Prazo da Política Energética no Brasil”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Vol. 22, N° 85.88, pp. 65-78, 1979.

OLIVEIRA, Amaury Porto. “Reestruturação da Indústria Internacional do Petróleo”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Vol. 27, N° 105.108, pp. 35-46, 1984.

PIETRI, Arturo Uslar. “As Culpas Não São do Petróleo”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Vol. 17, N° 65.68, pp. 19-26, 1974.

POSUSNEY, Marsha Pripstein. “Irrational Workers: The Moral Economy of Labor Protest in Egypt”. *World Politics*, Vol. 46, N° 1, pp. 83-120, 1993.

PROCÓPIO, Argemino. “Terrorismo e Relações Internacionais”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Vol. 44, N° 2, pp. 62-81, 2001.

RICUPERO, Rubens. “O Brasil e o Mundo no século XXI”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Vol. 29, N° 115.116, pp. 5-20, 1986.

SANTANA, Carlos Ribeiro. “O Aprofundamento das Relações do Brasil com Os Países do Oriente Médio durante Os Dois Choques do Petróleo da Década de 1970: Um Exemplo de Ação Pragmática”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Vol. 49, N° 2, pp. 155-177, 2006.

SANTOS, Edmilson Moutinho dos. “Petróleo – Quadro Estratégico-Global no Início do Século XXI”. *Política Externa*, Vol. 12, N° 1, pp. 95-116.

SHLAIM, Avi; TANTER, Raymond. “Decision Process, Choice, and Consequences: Israel’s Deep-Penetration Bombing in Egypt, 1970”. *World Politics*, Vol. 30, N° 4, pp. 483-516, 1978.

SILVA, Geraldo Eulálio Nascimento. “Terrorismo na Política Internacional”. *Revista Brasileira de Política internacional*, Vol. 26, N° 101.104, pp. 7-20, 1983.

STACHER, Joshua A.. “Parties over: The Demise of Egypt’s Opposition Parties”. *British Journal of Middle Eastern Studies*, Vol. 1, N° 2, pp. 215-233, 2004.

STEWART, Philip D.; HERMANN, Margaret G.; HERMANN, Charles F.. “Modeling the 1973 Soviet Decision to Support Egypt”. *The American Political Science Review*, Vol. 83, N° 1, pp. 35-59.

VIANA, A. Mendes. “O Mundo Afro-Asiático: Sua Significação para o Brasil”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Vol. 2, N° 8, pp. 5-23, 1959.

VIOLA, Eduardo; LEIS, Hector. “Os Dilemas Divilizatórios da Globalização Frente ao Terrorismo Fundamentalista”. *Cena Internacional*, Vol. 3, N° 2, pp. 5-32, 2001.

WICKHAM, Carrie Rosefsky. “The Path to Moderation: Strategy and Learning in the Formation of Egypt’s Wasat Party”. *Comparative Politics*, Vol. 36, N° 2, pp. 205-228, 2004.